

# ***A CRIANÇA, O ADOLESCENTE, A FAMÍLIA E AS MUDANÇAS SOCIAIS***<sup>1</sup>

---

**JOSÉ AUGUSTO DELGADO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça,*

*Professor e Jurista*

## **1. Introdução**

Os esforços desenvolvidos por quem está voltado a analisar e fixar diretrizes para solucionar ou amenizar os problemas que envolvem a criança, o adolescente e a família neste final de século, em face das mudanças sociais que estão acontecendo e que se prenunciam como certas, circulam em um ambiente onde há de ser destacada, com realce, a função do Estado na complexidade que o envolve no se aproximar do terceiro milênio.

Os efeitos produzidos pelas veementes e rápidas transformações sociais, econômicas, religiosas, políticas, educacionais e tecnológicas que o mundo contemporâneo experimenta, cercando a humanidade de uma perplexidade muito intensa e sem rumos definidos, estão a exigir uma reflexão verticalizada sobre as inúmeras e variadas funções exigidas pelo Estado e a colaboração das sociedades não-governamentais na solução das dificuldades que se tornam realidades.

A gravidade dessa situação não deve cultivar uma postura de isolamento dos homens responsáveis pelos destinos da Nação, incluindo-se em tal ambiente não só os agentes públicos executores das atividades do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário, como também, as entidades de natureza privada (associações, sindicatos, clubes profissionais, organizações não definidas, Universidades, Igrejas, etc). Tais estamentos da sociedade recebem, hoje, em um grau de profunda intensidade, a responsabilidade do exercício de uma atuação voltada para

---

<sup>1</sup> Conferência pronunciada na abertura do XVII Congresso da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude — ABRAMINJ e I Congresso da Associação Internacional (Mercosul) dos Juízes da Infância e da Juventude, em 14 de maio de 1998, às 20:00 horas, Recife.

influir na solução dos problemas que a sociedade está enfrentando, especialmente, os vinculados à proteção da criança, do adolescente e da estrutura familiar.<sup>2</sup>

As ponderações acima feitas determinam uma análise que se inclina, de imediato, a se repensar o modo atual do Estado exercer as suas atribuições, com sugestões voltadas à imposição de aspectos modificativos em muitas entidades de direito que regem o funcionamento estatal, provocando uma mobilização de idéias e de recursos científicos dirigidos ao melhoramento das instituições, do aparelhamento administrativo e da cultura do cidadão sobre as dificuldades vividas neste final de século XX.

Uma nova feição há de ser imprimida ao sistema global do relacionamento do Estado com o cidadão, em todas as suas formas de manifestação, que resulte no aprimoramento da convivência que existe de modo vinculado e hierárquico entre ambos.

O panorama revelado pela era contemporânea agasalha, em seu âmbito, uma angustiante crise vivida pelo Estado e que a cidadania está exigindo que seja solucionada.

Busca-se, em consequência, apoio na Ciência Jurídica para a fixação de regras impositivas que colaborem para descaracterizar esse estado de incerteza, pelo que a presença de um Direito Constitucional e Administrativo renovado em muito influenciará para o alcance de resultados positivos.

No meio de tais meditações, não se pode deixar sem sublimação as afirmações feitas por Eduardo Garcia de Enterría e Tomás Ramon Fernandes<sup>3</sup>, de que o Direito Administrativo, por se constituir em

---

<sup>2</sup> Constituição Federal de 1988 — Capítulo VII — Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.

<sup>3</sup> **Eduardo Garcia de Enterría e Tomás Ramon Fernandes**, in Curso de Direito Administrativo, trad. de Arnaldo Setti, Ed. RT, 1991, pág. 68. Art. 226. A família, base da

sociedade, tem especial proteção do Estado. § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração. § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos: I — aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materna, infantil; II — criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. § 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. § 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: I — idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 79, XXXIII; II — garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; III — garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola; IV — garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica; V — obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade; VI — estímulo do poder público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado; VII — programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins. § 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. § 5º A adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros. § 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. § 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204. Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. § 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade de transportes coletivos urbanos.

um ordenamento to jurídico voltado para regular o funcionamento da atividade estatal, ele afeta e se refere à Administração Pública como sendo um ente organizado de forma hierárquica e sistêmica. Por essa razão, ele comanda, também, um complexo de normas da mesma natureza e com raio de ação muito mais amplo e com missões institucionais mais duradouras e de maior responsabilidade, tudo para servir ao Estado e ao cidadão. Nessa linha de pensar, há de se conceber o Direito Administrativo, pelo fato de ser um ordenamento jurídico com missão complexa e envolvendo interesses fundamentais vinculados à vida em sociedade, como veículo jurídico voltado para o exame dos problemas emergentes e que exigem normas plurais para regulá-los e solucioná-los.

Uma realidade se apresenta caracterizada de modo bem nítido nos efeitos produzidos pelas mudanças sociais contemporâneas nos fenômenos que envolvem a criança, o adolescente e a família deste final de milênio, que é a constatação de que o Direito, como ciência, não está tendo a capacidade de se adaptar e de acompanhar as profundas mutabilidades enfrentadas pela sociedade em tais campos nucleares, para que se possa construir um futuro melhor para a humanidade. Aliás, de modo genérico, tal advertência já foi feita por **Tércio Sampaio Ferraz Júnior**, ao apresentar a obra de **Noberto Bobbio**, "Teoria do Ordenamento Jurídico", após destacar a realidade acima posta, quando disse que "a Ciência do Direito precisa estabelecer novos e chegados contatos com as Ciências Sociais, superando-se a formação jurídica departamentalizada, com sua organização sobre uma base corporativo-disciplinar, de compartimentos estanques" (pág. 18).

Os dias e as horas vividas neste final de Século XX não permitem que fiquem escondidas as fragilidades administrativas do Estado e dos órgãos não governamentais em solucionarem os atritos mais profundos que estão presentes na vida do homem na busca do exercício de sua cidadania. Identificam-se, entre tantos outros problemas de tal natureza: a) o de não criar mecanismos erradicadores da pobreza

econômica de grande parte da população, com produção de efeitos negativos na nutrição, na educação, na integração social da criança, do adolescente e dos membros da família, contribuindo cada vez mais para afastá-los da vivência de um ambiente de gozo da cidadania a quem têm direito; b) o de não ter condições de controlar os distúrbios sociais; c) o de não oferecer uma prestação de proteção à saúde dignificadora do ser humano; d) o de não demonstrar a sua eficiência na formação educacional das gerações do presente e do futuro; e) o de não ter como acompanhar o avanço da ciência tecnológica e de controlar os desvios praticados pela atuação da informática; f) o de não oferecer segurança aos cidadãos no exercício dos seus direitos fundamentais de liberdade de ir e de vir e de se constituir em família; g) e o de não ser o assegurado eficaz dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo ou do grupo a que pertence; h) o de que contribuir, pela omissão ou pela adoção de políticas administrativas sem relevância, para colocar a criança, o adolescente e a família em um patamar impossibilitador de alcançar a sua integração à sociedade no receber os meios necessários para a sua sobrevivência e viver com dignidade mínima.

Certo é que determinada corrente poderá afirmar que o Estado, desde a sua formação, sempre conviveu com tais choques, nunca encontrando meios para solucioná-los ou amenizar os seus efeitos, em razão da complexidade interior presente na formação dos mesmos.

Ocorre que não é mais possível, no instante em que a democracia floresce como sistema ideal do exercício de governar os destinos de uma Nação, a convivência com tal panorama violentador da cidadania. Caminhos deverão ser encontrados para que os princípios da igualdade, da fraternidade, do amparo à pobreza, do desemprego, das disfunções da vida em sociedade, da entrega da saúde para todos, da proteção da criança, do adolescente e da velhice se tornem realidades.

Não se pode deixar sem consideração de que as mudanças sociais hoje vividas decorrem de processos de transformações que se iniciaram em uma era econômica comandada pela agricultura e com costumes familiares sedimentados em culto à harmonia e a uma hierarquia de valores sempre vinculados aos fenômenos religiosos e à autoridade do grupo sanguíneo. Seguiu-se uma era centrada na indústria que revolucionou os costumes em todas as dimensões e apresentada como produtora de resultados danosos mais próximos às crianças e aos adolescentes e à necessidade de se criar ambiente para que o núcleo familiar tenha condições de acompanhar a evolução dos tempos. Para isso há uma busca incessante de meios para que maior número de empregos seja gerado, com salários suficientes para a manutenção do homem em sociedade, o que de qualquer forma acarreta a desvinculação do homem de determinados valores familiares e religiosos, causando, portanto, um estado de incerteza e insegurança nas relações de pais e filhos, independentemente da posição hierárquica financeira assumida na escala social.

Hoje, o avanço tecnológico agrava tais fenômenos, pela preponderância dos aspectos materiais que estão presentes em qualquer tipo de relação humana, criando, assim, um panorama revelador de preocupante paradoxo firmado pela desintegração existente entre os avanços científicos e a não solução dos problemas educacionais, sociais, de segurança, de sobrevivência, de saúde e de integração a uma sociedade que seja justa e solidária com as crianças e com os adolescentes.

Os futurólogos afirmam, o que nos parece com absoluta razão, que tais fenômenos da era contemporânea se apresentarão com maior intensidade no próximo Século XXI, pelo que não devem ser deixados sem uma análise metódica da ordem jurídica, sociológica e psicológica que defina a adoção de vetores dirigidos para uma atuação estatal e dos órgãos não governamentais no sentido de bem desenvolverem atividades

que alcancem, em um futuro bem próximo, a solução dos problemas a serem vividos em tal campo.

Há de se destacar o fato de que a doutrina jurídica, no particular, tem como obrigação exercer forte influência para que a atuação estatal e dos demais setores organizados que cuidam dos fenômenos decorrentes das influências das mudanças sociais contemporâneas na vida da criança e do adolescente partam para a adoção de critérios administrativos mais objetivos e limitados, unicamente, a atingir as finalidades exigidas pela feição dos novos tempos.

No particular, são tímidas as posições doutrinárias assumidas pela Ciência Jurídica e muito mais ainda a atuação do Poder Judiciário. Sei que uma modificação do quadro atual há de passar pelo aperfeiçoamento das idéias e pela implantação de mecanismos outros no tocante ao atuar dos Estados e das organizações não governamentais, tudo contando com o apoio do legislador.

É evidente que qualquer processo de metamorfose de entidades sociais e jurídicas provoca impactos e resistências, em face de o homem possuir tendência conservadora. Acontece que, por mais fortes que sejam as objeções que aparecerão nos caminhos a serem trilhados por quem se determinar a enfrentar e sugerir modificações, a realidade não pode ser obscurecida, em face de que as mudanças sociais ocorridas na atualidade estão gerando cada dia mais uma distância entre a atuação do Estado e as necessidades da cidadania. A não satisfação dessas últimas gerará cada vez mais o distanciamento da criança, do adolescente e da família da sensação de gozo de paz, de segurança, de amor, por fim, da integração dos valores morais e de respeito à dignidade humana buscada, neste final de século, pela humanidade.

O que está se afirmando não tem a pretensão de ser o comunicador de um grito de alerta. Muitos já me antecederam no trato da questão. O que se faz é, de modo muito simples, se colocar mais uma



parcela de apoio para a concretização dessa missão, buscando-se espelhar uma realidade vivida com inúmeros insucessos decorrentes do fazer administrativo estatal, tudo com a conivência de um sistema jurídico que não ousa apresentar regras novas e capazes de imporem uma mudança na rota do destino a que se entrega o ser humano na vivência do próximo Século XXI.

O que se busca é a abertura de caminhos para que a ciência jurídica, auxiliada pela ciência da administração, da sociologia e da psicologia, estabeleça princípios estruturantes para um ordenamento jurídico-administrativo global que tenha raios de ação com fulgor suficiente de eficácia e utilidade para integrar as crianças, os adolescentes e a família, hoje envolvidas pelas ondas positivas e negativas das mudanças sociais, em uma vivência democrática onde o respeito à dignidade humana seja uma realidade e centro de atenção não só do Estado, como de todos os componentes da Nação, especialmente, dos membros da sociedade.

O destaque que está sendo dado às preocupações acima expostas decorrem do sentimento de que há necessidade urgente de se romper com o presente, sem qualquer vinculação com o passado no que apresentou de negativo, buscando-se o estabelecimento de regramentos que sublimem a axiologia em toda a sua extensão e que os dirigentes do Estado e os estamentos sociais se conscientizem de que devem adotar uma mudança de comportamento que cultive a compreensão de que o Século XXI, diferentemente dos Séculos passados, será o Século da cidadania.

Deve-se, no particular, se consagrar, com intensidade, a advertência de **Alvin Tofler** (in "Terceira Onda", págs. 430 e seguintes, 16ª edição, Ed. Record), ao assinalar que:

Hoje, em todas as esferas da vida social, nas nossas famílias, nossas escolas, nossos negócios e igrejas, nos



nossos sistemas de energia e comunicações, enfrentamos a necessidade de criar novas formas da Terceira Onda e milhões de pessoas em muitos países já estão começando a fazê-lo. Em parte alguma, entretanto, está a obsolescência mais avançada ou mais perigosa do que na nossa vida política. E em campo algum encontramos hoje menos imaginação, menos experimentação, menos disposição para contemplar mudança fundamental.

A identificação do que virá do futuro leva o pensador envolvido com as Ciências Jurídicas e Sociais a tal realidade. Esta, por sua vez, se transforma em incentivos para que sejam criados princípios centrais dedicados a um ordenamento jurídico-administrativo democrático e compatível com o que o cidadão do futuro espera do Estado no exercício de sua ação administrativa.

## **2. Mudanças Sociais e Retrato do Caos em Determinados Ambientes Vividos pelas Crianças, pelo Adolescente e pela Família**

As mudanças sociais vividas por todos os estamentos sociais fixam uma constatação de que há, se o tema for visto por um ângulo estreito, uma certeza angustiante de que os atuais agentes públicos e entidades não governamentais não demonstram suficiente interesse e sensibilidade, quando desempenham as suas atribuições administrativas, para se dedicarem a uma solução dos problemas vividos pela sociedade, nem procuram desenvolver uma conscientização capaz de mudar a imagem do Estado perante o cidadão, atacando de frente a solução das angústias sofridas, hoje, pelas crianças, pelos adolescentes e pela família.

Por tal razão, as pesquisas de opinião demonstram que o Estado não se apresenta com forte grau de confiabilidade pelos variados estamentos do grupo social, visão que abarca os três Poderes que o compõe: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Tenho afirmado e defendido que os resultados dessas ponderações determinam uma análise que deságua não só no repensar do ofício atual do Estado e das entidades de direito que o regem, provocando uma mobilização de idéias e de recursos científicos voltados ao



melhoramento do seu aparelho administrativo, em todas as formas de sua manifestação junto ao cidadão, bem como, imprimindo uma nova feição ao sistema a ser adotado, na busca da certeza de que há de ser feito um acentuado esforço no sentido do auto-aprimoramento da relação que existe de modo vinculado e hierárquico entre a atuação estatal e as necessidades de se cultivar a cidadania.

A ciência que estuda o Estado em todos os seus ângulos não pode ficar indiferente à crítica generalizada de que o entregar da prestação estatal, via ação administrativa, encontra-se enfrentando uma crise existencial de larga repercussão. Esse posicionamento cultivado na intimidade do agrupamento humano gera a consequência de se investigar os motivos desse conflito e de se sugerir, no campo da Ciência do Direito, a criação de condições capazes de atenuá-lo, a fim de que se realizem, urgentemente, modificações nos procedimentos administrativos que evitem o distanciamento existente entre os anseios do cidadão e a atuação do Estado.

A realidade está a demonstrar que o Estado de hoje apresenta-se sem condições de resolver sérios problemas que estão afetando a humanidade. Os resultados das pesquisas mais recentes atestam, por exemplo, a expansão do desamparo aos menores, em proporções alarmantes e que atemorizam os dias futuros de tais seres componentes da sociedade e responsáveis pelo amanhã das instituições.

Entidades que se dedicam à prestação de assistência aos menores em situações de desconforto familiar, de segurança, de saúde e educacional têm revelado números que, pelas expressões contidas, fazem crescer os nossos temores pelo tipo de cidadania que o Estado está criando para ser cultivada pela sociedade.

Registre-se que, segundo colheu a imprensa em tais fontes, há, no momento atual, neste final de Século XX que convive com a mais

avançada tecnologia já conhecida pelo homem, o seguinte quadro referente aos menores abandonados:

- a) Só no Brasil há, no mínimo, 250.000 menores prostitutos.
- b) O Canadá convive com milhares de adolescentes que são prostituídos por quadrilhas de proxenetas.
- c) Identificou-se na China a existência de 200.000 a 500.000 menores prostitutos. Em anos recentes, cerca de 5.000 meninas chinesas foram engodadas a cruzar a fronteira e vendidas como prostitutas em Mianmar.
- d) Na Colômbia, o número de crianças exploradas sexualmente nas ruas de Bogotá quintuplicou nos últimos sete anos.
- e) Os Estados Unidos, segundo fontes oficiais, não estão conseguindo resolver o problema de mais de 100.000 crianças que estão sendo exploradas sexualmente.
- f) A Europa Oriental busca solução para 100.000 crianças de rua. Muitas são mandadas para bordéis da Europa Ocidental.
- g) Nas Filipinas, há 40.000 crianças sem qualquer proteção do Estado e de suas famílias.
- h) Constatou-se que, na Índia, 400.000 menores trabalham na indústria do sexo.
- i) Em Mianmar: 10.000 meninas e mulheres são transportadas para bordéis da Tailândia, a cada ano.
- j) Em Moçambique, as entidades assistenciais acusaram as tropas da ONU, enviadas para manter a paz no País, de explorar crianças para fins sexuais.

l) Em Sri Lanka: 10.000 crianças entre 6 e 14 anos acham-se escravizadas nos bordéis e 5.000, de 10 a 18 anos, trabalham por conta nos balneários turísticos.

m) A Tailândia tem 300.000 crianças abandonadas.

n) Em Taiwan (Formosa), 30.000 crianças estão viciadas em sexo.<sup>4</sup>

O Estado a tudo assiste e, não obstante estabelecer políticas sociais voltadas para o setor, são insignificantes os resultados positivos obtidos. Igual posicionamento adotam as entidades não-governamentais.

É evidente que o Direito, como ciência reguladora da conduta do ser humano em sociedade, há de se voltar, com maior vigor, para o problema, e procurar meios de impor a sua força, apoiado por regime de plena democracia, para fazer com que tais fenômenos diminuam os seus efeitos catastróficos sobre a convivência social.

Não se pode, também, deixar de se fazer alguma consideração sobre a impotência do Estado em combater o desenvolvimento do delito em sua base territorial e na sua mais nova forma de apresentação: o crime globalizado.

O crime globalizado é uma realidade da era contemporânea e que tem preocupado os responsáveis pelos destinos das Nações.

**João Benedicto de Azevedo Marques**, em artigo publicado na Folha de São Paulo (14.01.97), sob o título "A prevenção do crime globalizado", faz afirmações que bem refletem o avanço desse tipo de comportamento humano:

---

<sup>4</sup> a) Notas: Magdalena, 14 anos, foi seduzida pela oferta de um emprego de anfitriã numa cervejaria de Manila, nas Filipinas. Serviço: levar fregueses para o quarto: média 15 por dia; aos sábados 30. b) Sareoun era órfão e menino de rua em Phnom Penh, Camboja. Tinha sífilis e era conhecido por morar com estrangeiro. Deram-lhe um quartinho para morar, num pagode, com um ex-monge. O homem era um proxeneta. Arranjava fregueses para Sareoun.

O perfil da criminalidade está rapidamente se alterando neste final de século. A criminalidade violenta, decorrente de abissais desigualdades sociais e de um processo de aceleração e desestruturada urbanização, hoje se encontra organizada e internacionalizada.

Assim como a economia, o crime se encontra em processo de globalização. As organizações criminais não mais se limitam a uma base territorial. A começar pelo narcotráfico, o crime organizado movimenta, hoje, enorme quantidade de dinheiro, por intermédio do sistema financeiro internacional.

Dois, entre tantos outros problemas, abordados no fim de agosto de 1976 pelo Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Menores.

Abertura do Congresso: Primeiro Ministro Sueco, Goran Persson, qualificou essa exploração de "a mais brutal, a mais selvagem e revoltante categoria de crime." Uma representante das Nações Unidas disse que "é um ataque às crianças em todas as frentes..., é totalmente vil e é a mais baixa violação dos direitos humanos imaginável." "Seu alcance é transnacional, seu impacto atravessa gerações.

Obs.: Acredita-se que um milhão de menores entrem no mercado multibilionário, ilegal, do sexo, a cada ano.

Obs.: Relato contido no relatório Kids for Hire (Crianças de Aluguel): exemplo da brasileira Kátia, de seis anos. Detida por um policial, ele a forçou a praticar atos indecentes e ameaçou matar a família dela, caso ela contasse o ocorrido ao chefe dele. No dia seguinte, ele voltou com mais cinco homens, todos querendo que ela fizesse a mesma coisa com eles.

Obs.: Na Suécia há o Children's Ombudsman (Ombudsman do Menor). Aponta o turismo como uma das causas principais da elevação da prostituição infantil.

Obs.: A revista norte-americana Newsweek, na edição de 16 de agosto de 1993, publicou uma reportagem intitulada "Os sacerdotes e o abuso", abordando "o pior escândalo clerical da história moderna da Igreja Católica dos EUA." Declarou: "Embora haja denúncia contra estimadamente 400 sacerdotes desde 1982, alguns eclesiásticos fazem uma projeção de que até 2.500 sacerdotes molestam crianças ou adolescentes..." Outras religiões no mundo estão na mesma situação.

Corrupção, jogo ilegal, prostituição seguem o mesmo fluxo. Estas atividades criminais geram um tipo de violência antes desconhecido. Além do mais, degradam as comunidades, esgarçando o tecido social e criando um clima de anomia e insegurança.

Para enfrentar esses desafios e aprimorar as instituições e ações brasileiras e latino-americanas na esfera do controle e da prevenção da criminalidade, é necessário, em primeiro lugar, compreender esses novos fenômenos.

O Direito a ser aplicado no início do Século XXI há de dispor de regras que impeçam o avanço da globalização do crime, por este câncer social atingir, diretamente, a formação das crianças e dos adolescentes, especialmente, pelos que atuam no mundo das drogas. Conceitos como o de soberania estatal, limites territoriais, crimes políticos e hediondos exigirão um aprimoramento para se adaptarem a essa nova tipologia de delitos.

Fenômenos de variadas espécies surgiram neste final de século e estão sendo desafios para a Ciência Jurídica. A humanidade lança indagações sobre o futuro e chega até a duvidar da sua existência e o que lhe está reservado, face aos temores possuídos sobre o reservado pelo amanhã.

A imprensa cultiva essa apreensão e faz aumentar o medo das pessoas, diminuindo as esperanças de uma era mais tranqüila para as crianças e para os adolescentes do que a que está vivendo os seus dias finais.

Recentemente, alguns jornais brasileiros publicaram a tradução de entrevista concedida pelo grande historiador francês **Georges Minois**, autor de "Histoire de l'Avenir" (História do Futuro), publicado pelas Fayard em 1996, onde a preocupação com o que vai acontecer no Terceiro Milênio foi uma presença constante.

Uma das perguntas formuladas ao historiador foi a seguinte:  
"Seu último livro, recém-lançado (História do Futuro), termina com esta

frase: "O homem do ano 2000 não espera mais grande coisa do futuro..."  
Que foi que o senhor quis dizer com isso?"

O entrevistado respondeu com uma dose de pessimismo.  
Disse:

— Um dos traços mais surpreendentes deste nosso fim de milênio, é, de fato, a tristeza generalizada. O contraste com o final do século XIX é evidente. Havia, então, uma proliferação de vaticínios, ótimos na maior parte. Achava-se que a ciência traria bem-estar para todos, que o progresso social iria instaurar a igualdade. O século XX reduziu tais esperanças a nada. Nossa época, desorientada pelas catástrofes do século e pela complexidade atual do mundo, não chega sequer a formar uma imagem coerente de seu futuro.

Vê-se que, a se concretizar a profecia do mencionado historiador, ao Direito irá caber a penosa tarefa de fazer com que os anseios dos cidadãos sejam atendidos, especialmente, no tocante a crescer o movimento já iniciado pelas Nações cultoras da democracia de fortalecer o princípio da isonomia.

O mundo recebeu com perplexidade, nos últimos dias, a notícia do desenvolvimento alcançado pela ciência no referente ao fenômeno da clonagem de animais.

A imagem de DOLLY, ovelha obtida pelos pesquisadores escoceses a partir da célula de uma ovelha adulta, produz apreensões de ordem religiosa e filosófica e que penetram no mundo do Direito como sendo um fato concreto e que urge a sua disciplina com urgência. O ocorrido está gerando uma indagação instigante: é possível criar clones de seres humanos a partir de células de um adulto? A hipótese gera discussões apaixonadas sobre os riscos sinistros da clonagem de humanos, suscitando preocupações ontológicas e incentivando o estabelecimento de princípios pela Ciência Jurídica a serem aplicados a tais situações.



Certo que, embora merecedor de aplauso tal alto grau de avanço científico, perde, contudo, a sua importância quando as crianças e os adolescentes estão passando fome em várias partes do mundo, abandonadas no construir a sua dignidade e cidadania, sem que esperanças se tornem presentes de que o quadro irá melhorar.

Surpreendente e, porque não dizer grotesco, a Nação Brasileira, por exemplo, se vangloriar do fato de que, em três anos, o número de mortes de crianças por mil nascimentos caiu de 82 para 47,2, nas áreas atendidas pelo programa da Comunidade Solidária, bem como que a taxa média no País está em 33 por mil. O quadro, no instante em que se volta para a realidade, é horripilante, porque representa uma mortalidade infantil que envergonha a qualquer cidadão, como envergonhado ficou o próprio Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, ao anunciar o progresso acima registrado. É estarrecedor identificar que a humanidade alcança o mais alto grau de evolução na ciência tecnológica, porém, não consegue resolver o mais fundamental dos seus problemas que é o de assegurar às crianças e aos adolescentes a certeza de um futuro com dignidade e com gozo da cidadania.

Em um outro ângulo, o Direito do Terceiro Milênio deve se preparar para aperfeiçoar as suas regras sobre como cuidar dos relacionamentos humanos decorrentes do desemprego. Este fenômeno atinge diretamente a questão da sobrevivência social das crianças e dos adolescentes, por serem as vítimas maiores dos seus efeitos. Só no Brasil, atualmente, calcula-se a existência de mais de um milhão e 300 mil desempregados. Os conflitos gerados por tal situação e o modo de regulá-los são desafios crescentes do final do Século e que o homem do Terceiro Milênio espera ver uma solução a respeito.

A problemática social se agiganta nessa quadra do tempo onde a contagem regressiva para a mudança do Século já começou.

Em recente acontecimento literário, em Brasília, foi publicado o livro intitulado "Da Utopia à Exclusão — Vivendo nas Ruas de Brasília", da autoria de **Carlos Henrique de Araújo** e **Marcel Fursztyn**, onde é mostrado o drama vivido pelos cidadãos que, atraídos pelas esperanças sugeridas pela imagem da Capital da República, nela aportaram.

Destaque-se da obra o prefácio apresentado pelo Prof. **Cristóvão Buarque**, hoje Governador de Brasília, que contém radiografia autêntica da realidade vivida pelo ambiente social que se desenvolve neste final de Século.

*A Diáspora da Modernidade* — O final do século está apresentando diversos sustos para quem conhece os sonhos previstos para o ano 2000. Entre estes, poucos surpreendem tanto quanto a existência de centenas de milhões de nômades perambulando por estradas, entre ruas, cidades e mesmo continentes. São os modernômades.

O sedentarismo foi a primeira das opções modernizadoras da civilização. No ano 2000, símbolo da realização civilizatória, temos um número muito maior de nômades do que há cem séculos, quando o homem começou sua marcha para a civilização. Entre o Zaire e Ruanda, entre a África e a Europa, entre o México e os Estados Unidos, do campo para a cidade ou dentro de qualquer grande cidade do mundo, famílias se locomovem sem um lugar onde ficar.

O final do milênio é um tempo de pessoas sem endereço. Com a diferença de que, agora, a migração é provocada pela riqueza que atrai os pobres esquecidos no mundo e pela própria criação da riqueza que, ao chegar, expulsa, em vez de conter os habitantes das regiões esquecidas.

Na maior parte dos casos, a migração não é provocada pela atração do desenvolvimento em regiões distantes, como entre os Estados Unidos e o México, mas sim pela expulsão que o desenvolvimento provoca nas regiões em que se é realizada.

No final do século, o desenvolvimento é excludente, restrito a apenas uma parte da população; e é, portanto, um elemento gerador de migração forçada. Dez mil anos depois de começar pela revolução sedentária, o desenvolvimento atual cria nômades: pelas grandes obras que desalojam,

pela automação que desemprega, pela agricultura modernizada.

Brasília é um símbolo desse século que se termina e também um exemplo dos problemas da migração moderna, um caso típico da convivência do moderno com o nomadismo. Por isso, "Da Utopia à Exclusão — Vivendo nas Ruas em Brasília", de **Carlos Henrique Araújo** e Marcel Bursztyn é um livro exemplar dos tempos atuais.

A obra mostra a realidade dessa cidade-símbolo do progresso brasileiro, como um local em que os modernômades vivem, perambulando, como há milhares de anos outros seres humanos faziam para sobreviverem. Mas, diferentemente dos nômades, os modernômades são produzidos pela modernidade e vivem da modernidade. Vieram para Brasília expulsos pela modernização em suas localidades de origem, atraídos pela modernização que fez a nova capital — mas nela não se integram socialmente, passando a viver do lixo que a modernidade produz.

Um recente livro de **Flávio Paiva**, "A Odisséia dos Cabeças-Chatas", já antecipava isso, ao mostrar a viagem de um grupo de retirantes que vão do Ceará para São Paulo nos novos anos 90. Mas, diferentemente dos anos 50, 60 e 70, já não encontram emprego e regressam, num ônibus que vai se deteriorando pelo lixo interno que os viajantes pobres vão produzindo com as cascas de frutas, as fezes de crianças e de doentes. No desenvolvimento globalizante e excludente dos tempos atuais, o velho "pau-de-arara" é substituído pelo ônibus moderno, mas o ônibus não é mais um meio de transporte para um mundo melhor: ele é o próprio mundo dos excluídos, circulando à margem do progresso que serve apenas uns poucos.

Da utopia à exclusão é um livro básico para se entender de que maneira a modernização ocorre nesta cidade-símbolo da modernidade brasileira, mas é um livro que os toca pelo realismo como a realidade é descrita.

Diferentemente da frieza com que outros cientistas tentam mostrar a realidade, aqui os dois autores mostram o real como ele ocorre. E mostram uma nova realidade do desenvolvimento, da modernização.

Até recentemente, os migrantes buscavam, não apenas a chance, mas, conseqüentemente, emprego e renda que os novos centros de desenvolvimento naturalmente ofereciam. Agora, em Brasília, nossos migrantes já não vêm em busca

de emprego e renda que eles sabem que não vão conseguir. Vêm em busca do lixo e da modernidade.

Estamos diante da primeira geração de migrantes claramente excluídos: os modernômades, que migram sabendo que continuarão nômades mesmo depois de chegarem aos seus destinos. Migrantes permanentes que viverão do que sobra na modernidade: conscientes de que serão sempre excluídos, só que excluídos sem fome, graças à comida que encontram no lixo, graças à venda de resíduos que os modernos jogam fora.

São modernômades — nômades criados pela modernidade — e lixíveros — porque vivem do lixo dos sedentários da modernidade.

A pesquisa deve ser sediada na busca de descobrir soluções no campo das ciências não exatas, especialmente no da jurídica, que acompanhem a evolução do que acontece e que contribuam na implantação de uma Nação desenvolvida e em um "Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos coletivos e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias", conforme previsto no preâmbulo da Constituição Brasileira e que serve de pórtico às demais Constituições Democráticas. A Nação, neste apagar do Século XX, exige que sejam criadas regras impositivas ao Estado para que, ele atuando, faça desaparecer, através de medidas administrativas, as graves condições sanitárias existentes em determinadas áreas habitadas por milhares de famílias, sob pena de, ao permanecer o clima atual de insensibilidade a essas questões, ser considerado como sem condições de alcançar os objetivos determinadores da sua existência.

O Estado da atualidade há de modificar os seus mecanismos de atuação e, não obstante ter de diminuir o seu tamanho, ser mais forte no trato das situações assíduas de instabilidade ocorrentes nos dias de hoje e suportadas por seus súditos, para que sejam afastadas e cedam

lugar à estabilidade querida e necessitada pelo cidadão do fim deste Século e do próximo Século XXI.

Imprescindível que os relacionamentos dos Poderes evoluam no sentido da fixação de co-responsabilidades em muitas das realizações administrativas que obrigatoriamente desempenham. Tais fatores conduzem os pensadores a rever o papel atual do Estado e a ter uma súbita preocupação com as transformações que necessitam ser implantadas em várias de nossas entidades administrativas e jurídicas vigariantes e com a feição a ser dada às que necessitam ser criadas, com o intuito de que o teor axiológico do Direito se torne cada vez mais produtor de ações que atinjam o bem comum.

Não pode ficar sem registro o fato de que o Mundo Jurídico Contemporâneo, no campo internacional, já produziu inúmeros documentos em defesa da família, da criança e do adolescente. Entre outros, faço referência aos seguintes:

- a) Código de Bustamante — Havana — 1928 — (Internalização: Decreto 18.871, de 13 de agosto de 1929);
- b) Convenções da CIDIP — OEA (sobre conflitos de leis em matéria de adoção de menores — La Paz — 1984) (Internalização: Decreto Legislativo 60, de 19.06.96, publicado em 20.06.96);
- c) Convenções da CIDIP — OEA — sobre Obrigações de Prestar Alimentos — Montevidéu — 1989 (Internalização: Decreto Legislativo 1, de 28.02.96, publicado em 29.02.96);
- d) Convenções da CIPIP — OEA — Restituição Internacional de Menores, 1989 — Montevidéu (Decreto Legislativo 3, de 04.02.94, Decreto 1.212, de 03.08.94, publicado em 04.08.94);
- e) Convenções de Haia — 1ª Fase — Haia 1902/1905 — Regulamento dos Conflitos de Leis em Matéria de Casamento;
- f) Convenções de Haia — 1ª Fase — 1902/1905 — Sobre Casamento, Direitos e Deveres dos Cônjuges, Bens;

- g) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956 — Sobre Alimentos;
- h) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1961 — Sobre Proteção de Menores;
- i) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1961 — Sobre Testamentos;
- j) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1965 — Sobre Adoção;
- k) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1970 — Sobre Divórcio e Separação de Corpos;
- l) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1973 — sobre Sucessões;
- m) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1973 — Sobre Alimentos;
- n) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1973 — Sobre a Lei Aplicável às Obrigações Alimentícias;
- o) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1978 — Sobre Casamento;
- p) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1978 — Sobre Regime de Bens;
- q) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1980 — Sobre Seqüestro de Menores;
- r) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1989 — Sobre Sucessões;
- s) Convenções de Haia — 2ª Fase — 1956/1993 — Sobre Adoção; (Decreto de Internalização: Decreto Legislativo 63, de 19.04.95, publicado em 28/04/95);
- t) Nações Unidas — Convenção sobre os Direitos da Criança — 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (Decreto de Internalização — Ratificado em 24.09.90, Decreto Legislativo de 14.09.90, Decreto 99.710, de 21.11.90).

Ocorre que, não obstante tão elevado panorama cultural jurídico, sem se falar na legislação interna, os problemas que afetam as crianças e os adolescentes continuam em crescimento geométrico, numa demonstração de que tais instrumentos legais são insuficientes para a solução da crise, haja vista que não se aproximam das suas mensagens as políticas administrativas adotadas pelo Estado e pelos órgãos não governamentais.

As reflexões acima postas buscam defender e demonstrar que existe uma absoluta conscientização de se repensar o Estado e a atuação das organizações não-governamentais e recolocá-los, de forma sistematizada, em um processo de evolução que o seu agir se destine a produzir atos eficazes e de efetividade concreta quanto ao bem-estar do cidadão, especialmente, das crianças e dos adolescentes.

Resta, apenas, a crença que mantenho viva de que o homem, em seu aspecto plural (político, social e familiar), cada dia mais se conscientiza de que as crianças e os adolescentes da minha Nação serão os futuros dirigentes dos nossos destinos e guardiões da nossa velhice. Elas e eles já sofreram demais o abandono dos Poderes Públicos e, porque não dizer, das entidades não governamentais e de grande parte da sociedade, pelo que pedem, de mãos levantadas e com olhos repletos de lágrimas voltados para o infinito, que sejam socorridos urgentemente, sob pena de, no lugar de uma cidadania a ser vivida para o Século XXI, construindo se encontra a humanidade um Estado informal a ser dirigido por quem não tem esperança no futuro, respeito com o presente e amor a si mesmo e ao seu semelhante.

No meu Nordeste, a criança nossa irmã e o adolescente nosso amigo, formados com as mesmas alegrias, as mesmas dores e os mesmos anseios que cercam a todos nós, sofre a angústia da seca que destrói a sua nutrição, o seu amor à terra, a sua dignidade de ser humano, tendo como espera, apenas, e nada mais, a caridade presente numa cesta de



comida que mata a fome de hoje, porém, não constrói o homem do amanhã.

A minha fome é a fome de todos os cidadãos brasileiros, a fome da esperança, que só será saciada quando um dia as crianças e os adolescentes da Nação Brasileira forem considerados como elementos integrantes da cidadania. Enquanto tal hora não se tornar uma certeza, resta sonhar, tendo ao lado a realidade do sofrimento concreto vivido pelas crianças e adolescentes marginalizados de nossa Nação batendo em nossas portas, ora abertas, ora fechadas.